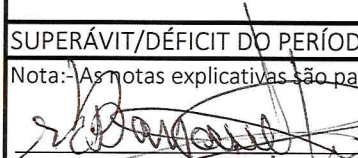
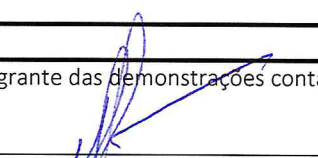
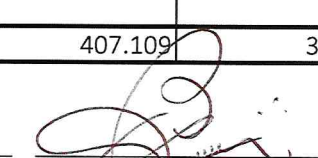
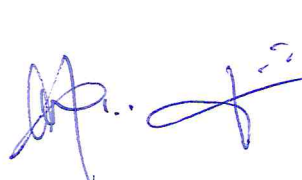



QUADRO 2

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA
 CNPJ: 47.079.827/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em reais)

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	3.330.972	3.709.513
Com Restrição	1.759.364	2.024.457
Programa (Atividades) de Educação	1.443.095	1.638.887
Programa (Atividades) de Assistência Social	265.269	300.571
Programa (Atividades) de Saúde	51.000	85.000
Sem Restrição	1.571.608	1.685.055
Contribuições e Doações Voluntárias	152.000	130.976
Aluguéis de Imóveis	51.373	56.985
Promoções e Campanhas	415.267	443.076
Recursos Próprios	952.967	1.054.018
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.298.407	3.307.320
Com Programas (Atividades)	3.298.407	3.307.320
Educação	2.464.407	2.512.076
Assistência Social	556.180	620.100
Saúde	277.820	175.145
RESULTADO BRUTO	32.565	402.193
DESPESAS OPERACIONAIS	1.102.660	1.025.349
Administrativas	1.315.884	1.309.405
Salários e Encargos	526.414	528.416
Serviços Gerais	195.162	176.724
Manutenção	279.962	261.606
Depreciação e Amortização	298.919	331.187
Despesas Tributárias	13.925	11.471
Outras Receitas e Despesas (Líquido)	1.503	
Resultado Financeiro Líquido	213.224	- 284.056
Receitas Financeira	227.621	- 297.734
(-) Despesas Financeiras	14.397	13.678
RESULTADO OPERAC. ANTES DOS EFEITOS FINANC.	- 1.070.095	- 623.156
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	662.986	653.413
Isenções Previdenciárias Usufruídas	662.986	653.413
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	407.109	30.257
Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
 NELSON BASSANETTI - Presidente	 MARCO FABIO GUIMARÃES - Diretor Financeiro	 ODENIR BOCCCHINI - Contabilista CRC 1SP.086.864/O-1

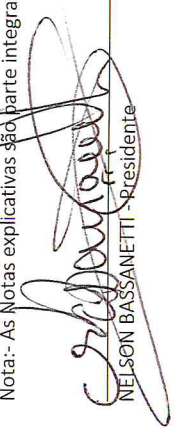
QUADRO 1

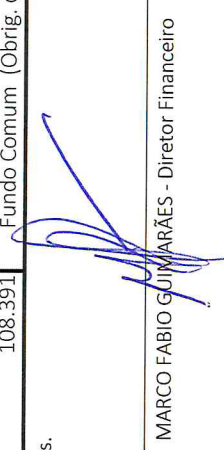
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA
 CNPJ: 47.079.827/0001-04

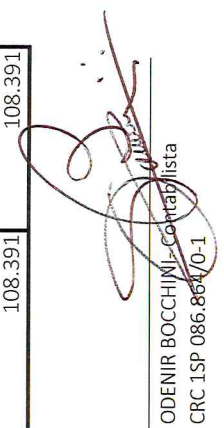
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em reais)

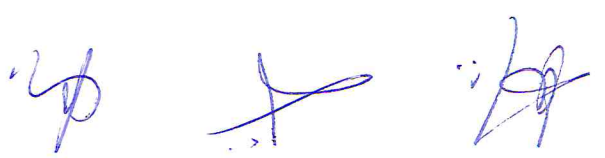
	2017	2016	2017	2016
ATIVO	13.857.138	14.012.809	PASSIVO	13.857.138
Circulante	3.329.000	3.203.994	Circulante	230.321
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.646.711	2.831.177	Fornecedores de bens e serviços	14.059
Caixa e Equivalentes	1.050	3.841	Obrigações com Empregados	85.235
Banco C/Movimento -	69.344	55.174	Obrigações Tributárias	117.454
Aplicações Financeiras	2.576.317	2.772.162	Cheques a compensar	-
Créditos a Receber	682.289	372.817	Contas a Pagar	13.574
Contas a Receber	179.778	182.924		
Adiantamentos Salariais	13.737	17.484	Diferido	490.179
Adiantamentos a Fornecedores	-	26.000	Receitas de Convênios a Apropriar	488.773
Convênios a Receber	488.773	146.408	Receitas de Aluguéis a Apropriar	1.406
Outras contas				
Diferido	7.518	17.542		
Contrato de Seguros	7.518	10.251		
Contrato c/ Serv.Terceiros		7.291		
Não Circulante	10.412.229	10.682.882	Não Circulante	13.028.246
Imobilizado	10.412.229	10.682.882	Patrimônio Líquido	13.028.246
Bens Tangíveis	11.847.487	11.821.251	Patrimônio Social	3.966.458
(-) Depreciação Acumulada	1.435.259	-1.138.369	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.468.897
Intangível	-	-	Ajustes de Exercícios. Anteriores	-1009
Direitos de Uso de Softwares	1.180	1.180	Superávit ou Déficit do exercício	407.109
(-) Amortização Acumulada	-1.180	-1.180		
Direitos Patrimoniais	108.391	108.391	Obrigações Patrimoniais	108.391
Fundo Comum	108.391	108.391	Fundo Comum	108.391
Fundo Comum - Direitos a Inventariar	108.391	108.391	Fundo Comum (Obrig. com Inventário)	108.391

Nota.- As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 NELSON BASSANETTI - Presidente


 MARCO FABIO GUIMARÃES - Diretor Financeiro


 ODENIR BOCCINI - Contabilista
 CRC 1SP 086.864/0-1



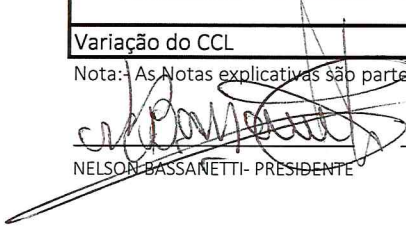
QUADRO 4

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em reais)

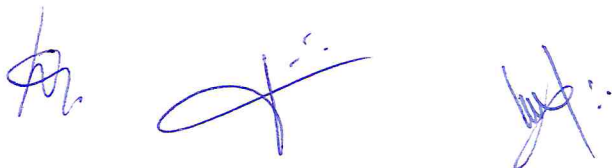
1. Método Indireto	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	-110.219	327.041
Ajustes por:		
(+) Depreciação e Amortização	296.890	297.793
(+) Ajustes de Exercícios anteriores		-1.009
Superávit (Déficit) Ajustado		
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	-299.448	876.017
Contas a Receber	3.146	943.695
Convênios a Receber	-342.365	-50.861
Adiantamentos a Empregados	3.747	2.084
Adiantamentos a Fornecedores	26.000	-13.419
Outros Valores a Receber	10.024	-5.482
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	251.437	57.372
Fornecedores de bens e serviços	-16.721	-4.529
Obrigações com Empregados	-70.398	10.772
Obrigações Tributárias	9.594	91
Outras Obrigações a Pagar	328.963	51.038
(=) Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	-158.230	1.260.430
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	180	32.065
Ajustes por Reversões Patrimoniais	2.042	2.707
Outros Recebimentos/Ajustes por Investimentos Realizados		-343
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	-28.458	-148.828
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-26.236	-114.399
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos		
Outros Recebimentos por Financiamentos		
Pagamentos de Empréstimos		
Pagamentos de Arrendamento Mercantil		
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	-184.466	1.146.031
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.831.177	1.685.146
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	2.646.711	2.831.177
Varição do CCL	184.466	1.146.031

Nota: As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 NELSON BASSANETTI - PRESIDENTE


 MARCO FABIO GUIMARÃES - DIR. FINANCEIRO


 ODENIR BOICCHINI - Contabilista
 CRC 15P 086.864/O-1

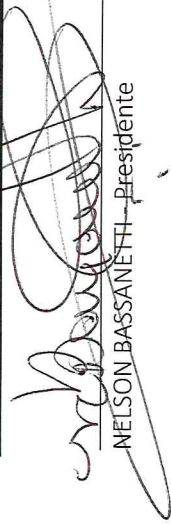


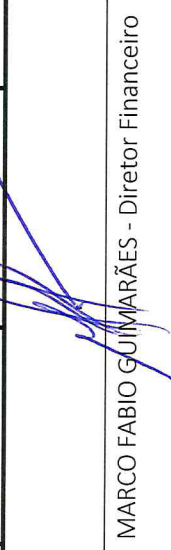
QUADRO 3

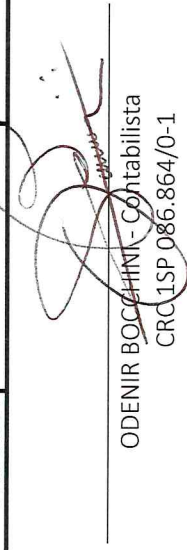
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CATANDUVA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos finais em 31/12/2015	3.937.209	-	9.468.897	-	13.406.106
Movimentação do Período					
Superávit / Déficit do Período	1.009			30.257	29.248
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	30.257			-	
Saldos finais em 31/12/2016	3.966.457	-	9.468.897		13.435.354
Movimentação do Período					
Superávit / Déficit do Período				407.109	407.109
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	-			-	
Saldos finais em 31/12/2017	3.559.349	-	9.468.897		13.028.246


NELSON BASSANETH - Presidente


MARCO FABIO GUIMARÃES - Diretor Financeiro


ODENIR BOCCINI - Contabilista
CRC1SP 086.864/0-1



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Associados.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso V e artigo 31 inciso II e III submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017, as respectivas Demonstrações Contábeis da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE DE CATANDUVA, elaboradas na forma da Legislação vigente.

Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, fundada em 28/10/1964, tendo como principal objetivo atuar na área de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, com duração indeterminada, tendo sede e foro à Rua Anuar Pachá No. 200, Parque Joaquim Lopes, no município de Catanduva, Estado de São Paulo.,

A diretriz primordial de nossa Instituição é ter a MISSÃO de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

A APAE DE CATANDUVA é uma entidade filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores.


O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente.

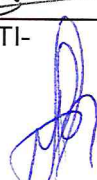
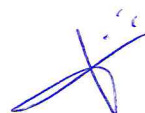
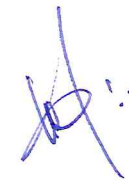


Compete ao seu Conselho de Administração de Gestões Delegadas, composto de representantes da APAE DE CATANDUVA e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela APAE DE CATANDUVA.

Assim, a APAE DE CATANDUVA contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade necessitada destes atendimentos. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento de alta qualidade, respaldado por equipes multi profissionais, formadas por médicos, fisioterapeutas, , nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais, professores e dentistas, entre outros.

Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da assistência social, saúde e educação, a APAE DE CATANDUVA, em conformidade ao estabelecido artigo 2º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional, e ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços ora estabelecidos em seu estatuto, e comprovar anualmente a prestação de contas dos serviços prestados.

Catanduva, 31 de dezembro de 2017.


NELSON BASSANETTI
-Presidente -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1- Contexto Operacional

A Entidade, APAE DE CATANDUVA, é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nº, 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970.

A diretriz primordial de nossa Instituição é ter a MISSÃO de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Desde o início das atividades, a APAE DE CATANDUVA busca o crescimento e a consolidação dos serviços propostos, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos seus serviços destinados à área da assistência social, da saúde e da educação, definida em um processo de aprimoramento contínuo.

2.- Isenção Tributária

A APAE DE CATANDUVA, enquadra-se no conceito de isenção tributária disposta na Lei 9532 de 10 de dezembro de 1997, disposições do art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e" e § 3º e dos art. 13 e 14, alterado pela Lei nº 9.718, de 1998, art. 10, e Lei Complementar No104, de 2001).

2.1 - Requisitos para isenção tributária

Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à isenção tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.21 & 2º. do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais ;
- c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 inciso V), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 31 inciso II e III) e Assembleia Geral dos Associados (art. 29 inciso II e III do Estatuto Social).

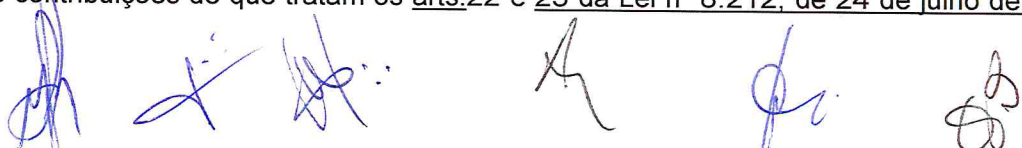
2.2 - Isenção Tributária e característica da isenção.

A APAE DE CATANDUVA se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da assistência social, saúde e educação, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei No 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra partida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais.

2.3 - Requisitos para manutenção da Isenção tributária.

A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts.22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991,



desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em outubro de 2013 a Lei 12.862 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que:

§ 1º- A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede

I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício;

II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal.

§ 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições:

I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e

II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Para a Elaboração das demonstrações Contábeis, a Entidade vem adotando desde 2013, as Normas Brasileiras de Contabilidade que afetam de alguma forma, as entidades do terceiro setor, notadamente a ITG 2002, instituída pela Resolução CFC 1409/2012 (Entidades Sem Fins Lucrativos), que foi revisada pela ITG 2002 (R1) em 21/08/2015, bem como os aspectos que foram pertinentes para este tipo de entidade e suas atividades relativas à NBC TG 1000- Contabilidade para pequenas e médias empresas, NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais, NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e NBC TG 27- Ativo Imobilizado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC No. 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

3.1 – RAZÃO SOCIAL E SEDE DA APAE DE CATANDUVA.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE CATANDUVA.

Rua Anuar Pachá, 200 – Parque Joaquim Lopes - Catanduva - SP - CEP 15800-670.

3.2 - Formalidade da escrituração contábil- resolução 1.409/12 (NBC ITG 2002).

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.)

4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

31/12/2017		
Saldos em Bancos.....	69.343,98	
Aplicação Financeira de Curto Prazo.....	2.576.317,49	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	<u>1.049,95</u>	<u>2.646.711,42</u>

4.2 - Aplicações Financeiras

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes de R\$. 222.868,60 durante e exercício, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

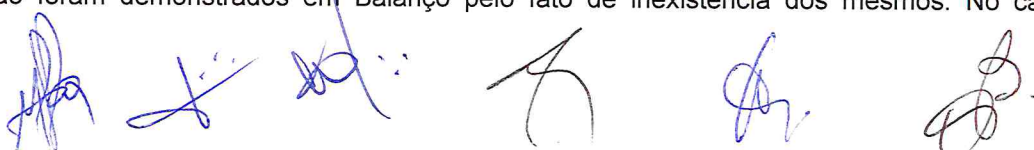
Nota: Valores considerado expressivo, pois trata-se de recursos recebidos de convênios cuja destinação deve ser aplicada em gastos específicos de acordo com o convênio firmado, fazendo face a cobrir gastos dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, meses que normalmente não há repasses de recursos.

4.3 – Créditos Diversos a Receber

A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desembolso. Valores estes que contemplam **Termos de Colaborações, Convênios Municipais e Federal** firmados no ano de 2017 à receber no próximo exercício, totalizando a importância de R\$. 488.772,94; **Contas a Receber** totalizando R\$. 193.515,62, representada por valores a receber de Devedores Diversos do Leilão de Gados de 2014 no valor de R\$. 853,24, de 2015 no valor de R\$. 3.791,14, de 2016 no valor de R\$. 6.297,55 e de 2017 no valor de R\$. 157.274,50, e de terceiros no valor de R\$. 1.406,00, **Cheques a Receber** no valor de R\$. 900,00,, **Valores à Receber p/c de Cartões de Crédito** no valor de R\$. 9.256,06 e R\$. 13.737,13 de **Adiantamentos de Férias à Empregados.**

4.4 - Estoques

Os estoques não foram demonstrados em Balanço pelo fato de inexistência dos mesmos. No caso de



estoques disponíveis o método de avaliação adotado é pelo custo médio de aquisição, não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção.

Nota: Não foi relacionados valores em estoques em virtude da entidade não possuí-los no final do exercício.

4.5 - Prazos

Os ativos **realizáveis** e os passivos **exigíveis** até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

4.6 - Provisão para Contingências de Férias e 1/3 Constitucional

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

4.7 - Provisão de 13º Salário

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

4.8 - Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e 1/3 Constitucional, citados no item 4.6, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. .

4.9 - Outros Ativos e Passivos

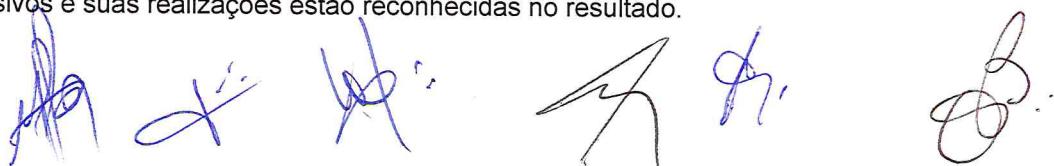
Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, estes valores não encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com **Fornecedores** encontram-se com valor histórico resultando em R\$. 14.058,74, **Obrigações Sociais e Fiscais** em R\$. 117.453,60, **Obrigações Trabalhistas** no valor de R\$. 85.235,08 e **Contas a Pagar** no valor de R\$. 8.301,87 e **Contas a Pagar p/c de Terceiros** totalizando R\$. 5.272,19.

Conta DIFERIDO refere-se à valores totalizados no valor de R\$. 488.772,94, e apropriados decorrentes da assinatura de Termos de colaborações, convênios ou parcerias de verbas e ou recursos públicos e privados e que não foram recebidos no exercício e que deverão ser realizados no decurso do próximo exercício, cuja conta trata-se da contra partida transitória de Convênios a Receber, bem como R\$. 1.406,00 relativo à aluguéis à receber à ser apropriados

No exercício de 2013, a entidade em virtude de arrolamento em processo judicial de Inventário de Bens deixados por Iracema Belmiro Gonçalves, através do processo No. 1859/07 em tramite no Cartório da Vara de Família e Sucessões de Catanduva. Além dos bens já recebidos por doação e contabilizados na oportunidade no Patrimônio da entidade, deliberou-se criar e apropriar no Balanço Patrimonial da entidade um Fundo Comum no valor de R\$. 300.000,00, para apurar valores residuais futuros inerentes ao processo, pendentes e ainda à realizar ou a liquidar durante o exercício de 2014 e conseqüentemente nos próximos exercícios, saldo este que no decurso do exercício findo em 2017, após ajustes em virtude de apropriações à pagar e a receber nesta conta, demonstra um saldo no final no valor de R\$. 108.391,26.

4.10 - Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na NBC TG 07 no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências públicas, privadas ou governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.



5 - IMOBILIZADO

O imobilizado de uso da APAE DE CATANDUVA é composto por bens próprios, os quais são fruto de aquisição realizada com recursos financeiros da entidade para os quais possuímos documentos comprobatórios que justifiquem a incorporação ao Patrimônio.

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados à valor justo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Segundo o inciso II do § 30 do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

Os valores do Imobilizado da entidade no ano de 2012 foram reconhecidos pela reavaliação do Patrimônio Social atribuído com base em relatório de avaliação técnica elaborada por empresa especializada em conformidade com a ICPC 10 relacionados ao imobilizado e em atendimento ao CPC 27, e representam neste final de exercício valores abaixo discriminados.

IMOBILIZADO	TX ANUAL	31/12/2017		31/12/2016	
		de Depr.	Custo	Depr.Acum.	Líquido
Edificações e Benfeitorias (1)	2,22% a 8,33%	1.017.701,97	207.281,47	810.420,50	854.399
Terrenos (1)	0	6.688.709,10	-	6.688.709,10	6.688.709
Edificações e Benfeitorias (2)	2,22% a 8,33%	2.381.842,20	302.340,00	2.079.502,20	2.139.970
Edificações e Benfeitorias (3)	2,22% a 8,33%	374.955,39	74.983,20	299.972,19	314.969
Edificações e Benfeitorias (4)	2,22% a 8,33%	152.546,78	30.506,40	122.040,38	128.142
Veículos (1)	20%	130.700,00	129.953,12	746,88	2.887
Equip. Informática e Tecnologia (1)	20%	26.258,90	26.258,90	-	-
Móveis, Utensílios e Equipamentos (1)	10% a 20%	53.845,60	39.513,40	14.332,20	22.488
Veículos (2)	20%	434.519,71	323.371,74	111.147,97	198.054
Equip. Informática e Tecnologia (2)	20%	56.692,38	32.141,49	24.550,89	35.440
Móveis, Utensílios e Equipamentos (2)	10% a 20%	298.234,01	156.816,54	141.417,47	153.347
Equipamentos de Uso Recreativo (2)	10% a 20%	20.688,00	12.929,40	7.758,60	10.344
Instrumentos Musicais (2)	14.28% a 20%	14.388,76	11.431,50	2.957,26	5.171
Equipamentos de Informat.e Tecnologia(3)	20%	8.541,60	3.834,15	4.707,45	1.775
Móveis, Itensílios e Equipamentos (3)	10% a 20%	84.409,27	40.685,30	43.723,97	53.079
Equipamentos Informat. E Tecnologia (4)	20%	23.378,00	9.711,27	13.666,73	18.062
Móveis, Utensílios e Equipamentos (4)	10% a 20%	80.075,56	33.500,78	46.574,78	56.046
		11.847.487,23	1.435.258,66	10.412.228,57	10.682.882

Intangível	Tx. Anual de Amort.	31/12/2017		31/12/2016	
		Custo	Amort.Acum.	Líquido	Líquido
Direitos de Uso de Software	10% a.a.	1.180	1.180	-	-
		1.180	1.180	-	-

6 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

As receitas, inclusive as doações, Assistências públicas e ou Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais - fiscais.

6.1 - Das Receitas Operacionais

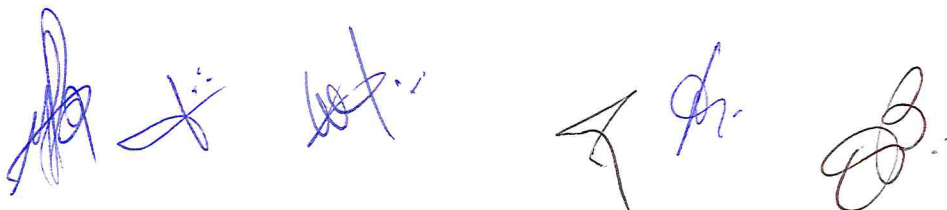
O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de doações as contribuições de terceiros são originadas por doações de pessoas jurídicas e físicas, em datas e valores variáveis, demonstradas pelos valores especificados abaixo:

Donativos de Pessoas Físicas.....R\$.	4.108,68	
Donativos de Pessoas Jurídicas.....R\$.	56.804,38	
Donativos não Identificados.....R\$.	11.544,15	
Donativos Poder Judiciário..... R\$.	11.914,34	
Donativos da Nota Fiscal Paulista.....R\$.	22.818,62	
Donativos – Federação Nacional.....R\$.	26.405,16	
Donativos- Pref.Catanduva-Merenda.R\$.	14.439,74	
Donativos em Espécies.....R\$.	<u>3.965,33</u>	<u>152.000,40</u>

6.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10).

São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos públicos e ou governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Públicas e ou Governamentais atende à Resolução CFC N° 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Pública e ou Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Pública e ou governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.



No exercício de 2017, a APAE DE CATANDUVA recebeu valores orçamentais descritas conforme abaixo:

CONVENIO POR ÁREA/ORIGEM	EDUCAÇÃO	ASSIST SOCIAL	SAÚDE	TOTAIS
Convênio Federal				
PDDE	16.780,00			16.780,00
Recurso verba MPAS		30.394,88		30.394,88
Ministério Saúde			51.000,00	51.000,00
Sub Total (1)	16.780,00	30.394,88	51.000,00	98.174,88
Convênios Municipais				
Prefeitura de Ariranha	40.000,00			40.000,00
Prefeitura de Itajobi	9.300,00			9.300,00
Prefeitura de Catanduva - Fundeb	328.339,01			328.339,01
Prefeitura de Catanduva - CMDCA		12.000,00		12.000,00
Prefeitura de Fernando Prestes	10.800,00			10.800,00
Prefeitura de Catiguá		13.500,00		13.500,00
Prefeitura de Elisiário		3.300,00		3.300,00
Prefeitura de Embauba		6.600,00		6.600,00
Prefeitura de Ibirá		50.400,00		50.400,00
Prefeitura de Marapoama	9.600,00			9.600,00
Prefeitura de Novais		7.000,00		7.000,00
Prefeitura de Paraíso		2.500,00		2.500,00
Prefeitura de Pindorama	13.750,02			13.750,02
Prefeitura de Pirangi	27.000,00			27.000,00
Prefeitura de Santa Adélia		24.000,00		24.000,00
Prefeitura de Tabapuã	25.485,60			25.485,60
Prefeitura de Urupês		49.200,00		49.200,00
Sub Total (2)	464.274,63	168.500,00	0,00	632.774,63
Convênio Estadual				
Governo do Estado de São Paulo	938.040,00			938.040,00
Prefeitura de Catanduva- Alunos +30		66.374,40		66.374,40
Convenio - PNAE	24.000,00			24.000,00
Sub Total (3)	962.040,00	66.374,40	0,00	1.028.414,40
Total	1.443.094,63	265.269,28	51.000,00	1.759.363,91

As demais receitas operacionais da entidade durante o exercício de 2017, ficaram assim compostas:

Receitas Próprias

- Receitas c/ Eventos e Promoções	384.624,85	
- Receitas c/ Operações Telemarketing	938.794,30	
- Receitas c/ Vendas de Recicláveis	1.730,10	
- Receitas c/ Aluguéis	51.373,40	
- Recuperação de Despesas	3.900,61	
- Receitas c/ Realização de Projetos	3.746,30	
- Receitas Diversas Eventuais	<u>35.438,15</u>	<u>1.419.607,71</u>

Outras Receitas

- Ganhos/ e ou Recuperações do Ativo Imobilizado	<u>1.839,98</u>	<u>1.839,98</u>
- Receitas Financeiras		<u>227.620,99</u>
TOTAL DAS RECEITAS		1.649.068,68

7 - PATRIMÔNIO

O Patrimônio social da entidade é composto pelos valores dos superávits ou déficits acumulados decorrentes de exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

8 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS- Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social conforme processo nº 71000.076172/2010-82 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$. 662.986,03

CALCULOS ELABORADOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO = 2017

MESES	-	B.CALCULO	- PATRONAL 20%	- TERC. 4,50%	- RAT 1,00%-	-	TOTAL
JANEIRO	-	188.055,97	37.611,19	8.462,51	1.880,56		47.954,26
FEVEREIRO	-	182.390,46	36.478,10	8.207,58	1.823,91		46.509,59
MARCO	-	199.205,10	39.841,01	8.964,23	1.992,04		50.797,28
ABRIL	-	195.424,04	39.084,81	8.794,10	1.954,24		49.833,15
MAIO	-	200.396,54	40.079,31	9.017,86	2.003,97		51.101,14
JUNHO	-	213.468,72	42.693,74	9.606,10	2.134,70		54.434,54
JULHO	-	223.565,00	44.713,01	10.060,43	2.235,65		57.009,09
AGOSTO	-	195.290,06	39.058,00	8.788,06	1.952,91		49.798,97
SETEMBRO	-	192.688,75	38.537,74	8.670,99	1.926,89		49.135,62
OUTUBRO	-	194.628,20	38.925,64	8.758,27	1.946,28		49.630,19
NOVEMBRO	-	196.223,95	39.244,79	8.830,08	1.962,24		50.037,11
DEZEMBRO	-	204.484,86	40.896,98	9.201,84	2.044,84		52.143,66
13º.SALARIO	-	186.669,18	37.333,83	8.400,12	1.866,70		47.600,65
TOTAL	-	2.572.490,83	514.498,15	115.762,17	25.724,93		655.985,25

CÁLCULOS ELABORADOS SOBRE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS- 2017

MESES	-	B.CALCULO	-	PATRONAL 20%	-	TERCEIROS 4,50%	-	RAT 1,00%	-	TOTAL
JANEIRO	-	5.748,09		1.149,61						1.149,61
FEVEREIRO	-	6.379,01		1.275,79						1.275,79
MARÇO	-	4.487,17		897,44						897,44
ABRIL	-	3.274,01		654,80						654,80
MAIO	-	3.274,01		654,81						654,81
JUNHO	-	1.062,22		212,45						212,45
JULHO	-	802,48		160,50						160,50
AGOSTO	-	2.297,21		459,45						459,45
SETEMBRO	-	2.560,37		512,08						512,08
OUTUBRO	-	2.341,95		468,39						468,39
NOVEMBRO	-	1.974,79		394,96						394,96
DEZEMBRO	-	802,48		160,50						160,50
TOTAL	-	35.003,82		7.000,78						7.000,78

RESUMO DAS GRATUIDADES USUFRUIDAS EM 2017

Folha Pagamento - Patronal 20% = R\$. 514.498,15

Liberais - Patronal 20% = R\$. 7.000,78 521.498,93

Folha Pagamento - Terceiros 4,50% = R\$. 115.762,17

Folha de Pagamento - Rat 1,00% = R\$. 25.724,93 662.986,03

9- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.

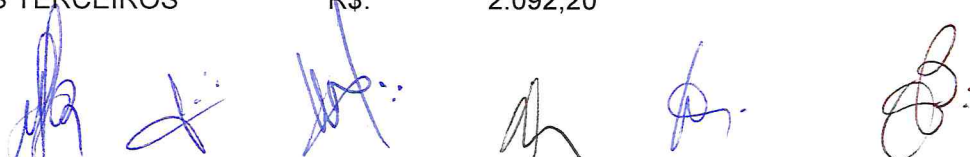
Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 662.986,03.

10- GRATUIDADES APLICADAS

DESPESAS:- Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de R\$. 4.627.184,72, relativo a custos e despesas operacionais; R\$. 986,74 de outras despesas não operacionais; e R\$.2.356,45 de Resultado por alienações de Bens do Imobilizado.

A entidade aplicou as despesas com gratuidades em sua totalidade. (R\$. 4.630.527,91), abaixo demonstradas:-

DESPESAS C/ PESSOAL	R\$. 2.326.005,33
ENCARGOS SOCIAIS	R\$. 1.143.594,52
SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$. 197.496,31
ENCARGOS SOCIAIS	R\$. 11.634,88
IMPOSTOS S/ SERVIÇOS TERCEIROS	R\$. 2.092,20



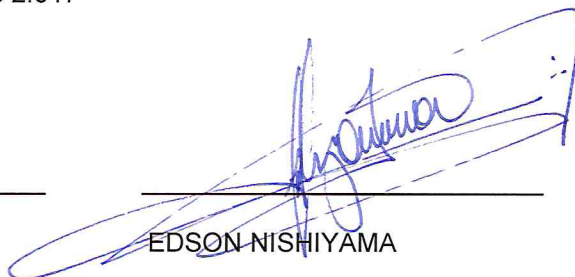
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae de Catanduva-SP, abaixo assinados, tendo examinado os Balanços Patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações do fluxo de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio social e demais registros da referida entidade, em anexos às estas Notas Explicativas, encerrados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 encontrando tudo em perfeita ordem e de pleno acordo com a contabilidade, são de parecer que devem os mesmos serem aprovados, sem restrições.

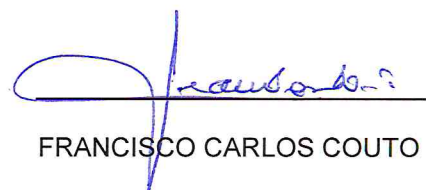
Catanduva, 31 de dezembro de 2017



HAMOND CANDOLO



EDSON NISHIYAMA



FRANCISCO CARLOS COUTO

DESPESAS DE EXPÉDIENTE	R\$.	685.412,09	
DESPESAS C/ PROJETOS	R\$.	4.598,19	
DESPESAS C/ EVENTOS E PROMOÇÕES-	R\$.	102.303,97	
DESPESAS C/ MANUTENÇÕES	R\$.	125.725,65	
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$.	14.396,67	
DESPESAS TRIBUTARIAS	R\$.	13.924,91	
RESULTADO NEGATIVO DE BENS DO ATIVO	R\$.	2.356,45	
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	R\$.	986,74	<u>4.630.527,91</u>

11- SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém seus bens Patrimoniais segurados a valores avaliados suficientes para a cobertura de eventuais perdas e ou danos.

12 - Relatório de Prestação de Contas

A APAE DE CATANDUVA, elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas do Contratos de Convênios públicos que mantém com o Governo do Estado de São Paulo, bem como aos municípios paulistas. Em 2017 os relatórios de Prestação de Contas foram auditados e revisados por auditores independentes.

13 – Exercício Social

Conforme estabelece o Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Catanduva, 31 de dezembro de 2017

Nelson Bassanetti
Presidente

Marco Fábio Guimarães
Diretor Financeiro

Odenir Bocchini
Prof.Contabil- CRC 086864/SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva
Catanduva-SP

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**, que compreendem o Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração do superávit ou déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e da demonstração de fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

JPR – Gestão Empresarial e Auditoria Ltda

Av. Deputado Orlando Zancaner, 1.687 – Jardim Amendola – Catanduva – SP – Cep: 15.801-120
Tel / Fax: (17) 3523-1917 – fax (17) 3523-1757 Email: jprgestao@jprgestao.com.br

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade.

Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


JPR – Gestão Empresarial e Auditoria Ltda

Av. Deputado Orlando Zancaner, 1.687 – Jardim Amendola – Catanduva – SP – Cep: 15.801-120
Tel / Fax: (17) 3523-1917 – fax (17) 3523-1757 Email: jprgestao@jprgestao.com.br

Opinião

4. **Em nossa opinião**, as demonstrações contábeis acima referidas **apresentam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Catanduva (SP), 28 de março de 2018



JPR Gestão Empresarial e Auditoria Ltda
CRC/SP nº. 2SP024521/O-4
José Marcos Paula Theodoro
Sócio - Contador
CRC/SP nº. 1SP138566/O-3
CNAI 1306